



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREÁÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Projeto de Lei n.º 05, de 12 de março de 2018.

*"Dispõe sobre revisão geral das remunerações dos servidores públicos do Município de Careáçu e dá outras providências."*

O Prefeito Municipal de Careáçu/MG., faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:


**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral das remunerações dos servidores públicos do Município de Careáçu/MG, à razão de 4% (quatro por cento), a partir de 01 de março de 2018, nos termos inciso X, do art. 37, da Constituição Federal.

**Parágrafo único** - Os servidores públicos do quadro do Magistério, bem assim os demais servidores contratados em caráter temporário e por prazo determinado, terão direito à igual revisão geral das remunerações.

**Art. 2º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral dos servidores comissionados e/ou em comissão do Município de Careáçu/MG, à razão de 4% (quatro por cento), a partir de 01 de março de 2018, nos termos inciso X, do art. 37, da Constituição Federal

**Art. 3º** - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Careáçu, Estado de Minas Gerais, 12 de março de 2018.

  
\_\_\_\_\_  
TOVAR DOS SANTOS BARROSO  
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.935.388/0001-15

*Justificativa*

Senhor Presidente e Senhores Vereadores, a aprovação do presente projeto de lei, é de necessidade imperiosa. Senão vejamos:

O inciso X, do art. 37, da Constituição Federal, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998, determinou que se faça anualmente a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, nos seguintes termos:

*“X- a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, **assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices**,”* – destacamos -

Sobre o novo dispositivo constitucional, ensina **CÁRMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA** *“Inovação introduzida no sistema constitucional brasileiro pela Lei Fundamental da República de 1988, o dever do empregador estatal de realizar revisão geral veio como uma garantia necessária numa economia frágil como a brasileira e que vinha, em toda a história republicana, convivendo com índices inflacionários que mínguam o valor da moeda e o desbastam por essa contingência financeira.”* (cf. in Princípios Constitucionais dos Servidores Públicos, pg. 323)

O Projeto de Lei em questão, pretende revisar a remuneração dos servidores, em 4%, quantia esta que recompõe a perda inflacionária, com aumento real de vencimentos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 17.935.388/0001-15**

É forçoso reconhecer, pois, que a revisão anual da remuneração dos servidores, visando recompor a perda do poder aquisitivo, é um dever da Administração e um **direito dos servidores**.

Pelo que, requeremos à esta honrada Casa das Leis, que o presente projeto de lei, seja analisado, discutido e que tenha, ao final, votação favorável à sua aprovação, com o que, contamos com a costumeira colaboração dos nobres Vereadores.

Sem mais, para o momento, aproveitamos o ensejo, para apresentar a Vossa Excelência, nossos protestos de elevada estima e distinta consideração. O que estendemos aos seus nobres Pares.

Atenciosamente.

Careaçu/MG, 12 de março de 2018.

  
**Tovar dos Santos Barroso**  
- Prefeito Municipal -



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 17.935.388/0001-15**

**ESTIMATIVA IMPACTO-FINANCEIRO ORÇAMENTÁRIO**

**DESPESA**  
**IMPACTO ORÇAMENTÁRIO (EM R\$) 309.575,67**

Metodologia de cálculo: A metodologia de cálculo utilizada foi a apuração do valor mensal das despesas incluindo encargos patronais, considerando o número de cargos a sofrerem recomposição/aumento no Executivo Municipal no exercício. A apuração das receitas de 2017, observado os valores correntes constantes do Balancete da Receita Contábil até mês de fechamento 12/2017.

**DECLARAÇÃO**

Declaração, nos termos do §2º do art. 17 da Lei Complementar nº 101 de 05 de maio de 2000, que a despesa ora criada/aumentada não afetará a execução orçamentária, uma vez que seus efeitos financeiros serão absorvidos através do orçamento vigente.

Careaçu, 28 de fevereiro de 2018.

Tânia Aparecida Nogueira  
Contadora

**III - DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

Declaramos, para fins de cumprimento ao disposto nos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que a despesa supramencionada tem dotação específica e suficiente, estando adequada orçamentária e financeiramente com a Lei Orçamentária Anual e compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Careaçu, 28 de fevereiro de 2018.

Tânia Aparecida Nogueira  
Contadora



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.935.388/0001-15

ESTIMATIVA DE IMPACTO FINANCEIRO APLICANDO AUMENTO DOS VENCIMENTOS

| Denominação                             | Vencimentos<br>acumulados | % AUMENTO REAL    |
|---|---------------------------|-------------------|
| Vencimentos e Vantagens Fixas           | 7.739.391,96              |                   |
|   |                           |                   |
|   |                           |                   |
| Sub Total                               | 7.739.391,96              |                   |
| % de recomposição em valor              | 309.575,67                | 4,,00             |
| <b>Total</b>                            | 8.048.967,63              |                   |
| RCL/2017 – 12/2017 (últimos doze meses) |                           | R\$ 16.602.474,86 |
|   |                           |                   |
| Impacto (%) RCL-2017                    | 48,50                     |                   |

Careaçu, 28 de fevereiro de 2018.

Tânia Aparecida Nogueira  
Contadora